

# Mais de 70 mil menores trabalham ilegalmente

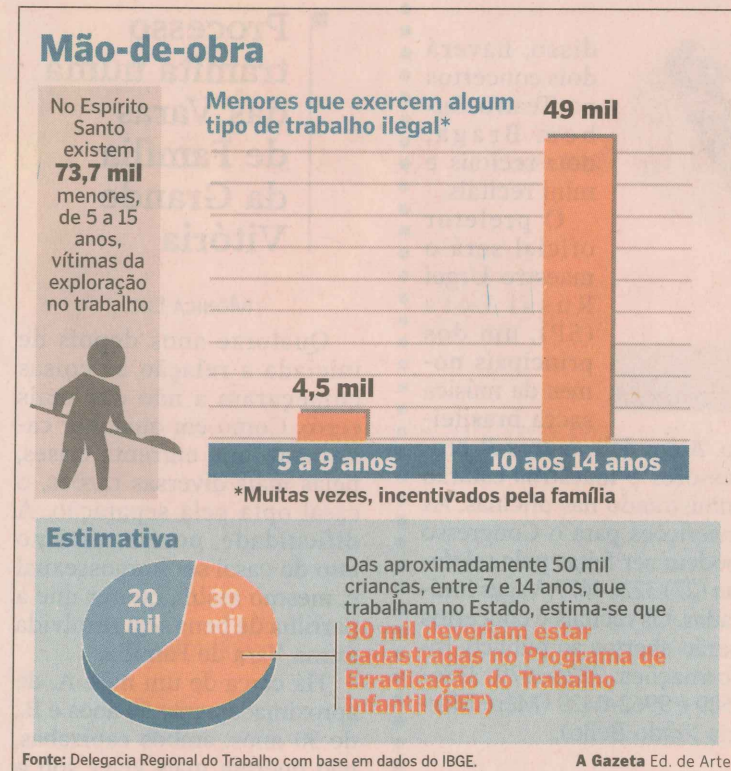
## Ministério Público cobra de municípios integração de capixabas a projeto federal

JUSSARA BAPTISTA

O Estado tem cerca de 73,7 mil crianças e adolescentes, de 5 a 15 anos que estão realizando algum tipo de trabalho ilegal, e cerca de 30 mil, de 7 a 14 anos, que deveriam ser integradas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), projeto do Governo federal.

Os dados do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), referentes ao ano de 1999, estão sendo usados pelo Ministério Público do Trabalho e pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) para aumentar a fiscalização em todos os municípios do Estado.

De acordo com a procuradora Kelley Cristiane Vago Cristo, até o final de 2001 ha-



via 7,3 mil crianças com bolsas do Peti e, neste ano, foram enviados mais 5 mil pedidos. “É um número ainda muito pequeno”, disse ela.

De acordo com as estimativas, há mais de 30 mil crianças, de 7 a 14 anos, que estão fora do Peti. Nesse caso, a responsabilidade recai sobre os muni-

cípios. “As cidades devem cadastrar as famílias”, alerta.

O Peti paga R\$ 40,00 (zona urbana) e R\$ 25 (zona rural) para que os pais se responsabilizem pela permanência dos menores em atividades extracurriculares. O poder público municipal, por sua vez, recebe R\$ 20,00 (zona urbana) e R\$ 10,00 (rural) para montar a estrutura onde as crianças terão as atividades fora da sala de aula. Seis cidades ainda não participam do projeto e as demais precisam expandir a cobertura das bolsas.

O coordenador do Grupo Especial de Combate ao Trabalho Infantil da DRT, Fernando Pimentel, disse que a fiscalização será intensificada no interior do Estado com a colheita do café. “Visitamos, regularmente, carvoarias, pedreiras, corte de cana-de-açúcar e fábricas de caixotes”, diz ele.

Na Região Metropolitana a preocupação é com a exploração de menores na venda de produtos. As multas para as empresas variam de R\$ 370,00 a R\$ 3 mil por criança.